



A desindustrialização no COREDE Paranhana-Encosta da Serra (RS) entre os anos de 1985 e 2020

Silvio Cezar Arend¹
Mauricio Wamms da Luz²

Submissão: 19/05/2022

Aceite: 11/08/2022

Resumo

O estudo objetiva discutir a desindustrialização no Conselho de Desenvolvimento Regional (COREDE) Paranhana e Encosta da Serra, no Rio Grande do Sul, tendo como base a indústria calçadista. Seguindo uma perspectiva interdisciplinar, analisa-se e discute-se a evolução da indústria no COREDE Paranhana-Encosta da Serra, destacando o processo de desindustrialização do setor calçadista. Trata-se, assim, de um estudo qualitativo e bibliográfico, que se utilizará de registros institucionais sobre o número de empreendimentos e vínculos empregatícios ativos. Constatou-se que o COREDE Paranhana-Encosta da Serra está vivenciando, desde o início da década de 2010, um período de desindustrialização, principalmente a partir da indústria calçadista.

Palavras-chave: Indústria calçadista; desenvolvimento regional; economia regional

The deindustrialization of the COREDE Paranhana-Encosta da Serra (RS) Region between 1985 and 2020

Abstract

This study aims to discuss deindustrialization in the Regional Development Council (COREDE) Paranhana-Encosta da Serra, in Rio Grande do Sul, based on the footwear industry. Following an interdisciplinary perspective, the evolution of the industry in COREDE Paranhana-Encosta da Serra is analyzed and discussed, highlighting the process of deindustrialization of the footwear sector. It is, therefore, a qualitative and bibliographic study, which will use institutional records on the number of enterprises and active employment relationships. It was found that COREDE Paranhana-Encosta da Serra is experiencing, since the beginning of the 2010s, a period of deindustrialization, mainly from the footwear industry.

Keywords: Footwear industry; regional development; regional economy

1 Introdução

O ato de refletir e discutir sobre o processo de desindustrialização brasileira a partir da década de 1980, em escala regional, se inicia pela compreensão dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, sob a perspectiva da participação da indústria nestes processos. O conceito de desenvolvimento é abordado na literatura por autores com distintos pontos de vista.

Cano (2012) conceitua o desenvolvimento como “um longo processo de crescimento econômico, com elevado aumento da produtividade média, sem o qual o excedente não cresce o bastante para acelerar a taxa de investimento e diversificar a estrutura produtiva e do emprego (CANO, 2012, p. 832)”. O autor acrescenta que crescimento econômico produz uma

¹ Doutorado em Economia (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). <https://orcid.org/0000-0001-7685-3710> E-mail: silvio@unisc.br

² Doutorando em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista CAPES. E-mail: mauriciolluz@gmail.com

intensificação do processo industrialização e urbanização que se traduz na transformação das estruturas socioeconômicas e políticas de um país, além de alterar e modernizar hábitos e normas sociais.

A partir de Vieira e Santos (2012) e Erber (2011) complementa-se que crescimento econômico difere de desenvolvimento econômico, onde o primeiro diz respeito à ampliação da capacidade de produção de uma determinada economia¹, ou seja, da produção de bens e serviços. Utiliza-se, salienta-se nesse caso a capacidade de aumentar a produção de bens, pois está é a representação da ampliação industrial. Outrossim, o desenvolvimento econômico, existe apenas quando o crescimento econômico é acompanhado da diminuição das desigualdades sociais da sociedade e de uma melhora na qualidade de vida individual e coletiva.

Sobre o aspecto da escala do desenvolvimento Granito et al. (2007) discorre sobre a amplitude do desenvolvimento local no contexto da globalização, da reestruturação produtiva e da crise do padrão de desenvolvimento. Crise que surge das disputas entre as alternativas e dos caminhos do desenvolvimento, de forma estrutural e universal.

O desenvolvimento econômico, como teoria utilizada para explicar “numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social” (FURTADO, 1983, p.15), traz consigo a necessidade da utilização dos indicadores socioeconômicos e da validação de tal fenômeno. É justamente a partir deste momento em que se passa a observar um território sob o prisma do desenvolvimento ou do subdesenvolvimento. Pressuposto ancorado no entendimento do conceito proposto por Jannuzzi (2006) que define conceito como “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático (JANNUZZI, 2006, p.15)”. Sendo assim, o indicador é um recurso metodológico e empiricamente referido que dialoga com um determinado aspecto da realidade ou sobre mudanças e processos sociais.

Cano (2012) considera que um território pode passar a ser considerado desenvolvido ou em desenvolvimento quando passa a apresentar resultados de indicadores econômicos básicos semelhantes aos já obtidos pelos considerados desenvolvidos, dentre eles cita-se o elevado nível de renda *per capita*² e da diminuição da participação do setor agrícola no Produto Interno Bruto

¹ Entende-se que ao mencionar “uma determinada economia”, está sendo expresso as diversas escalas existentes, do local ao global, mas pretendendo propor o protagonismo da escala regional.

² Cabe salientar que já está amplamente difundido na literatura do desenvolvimento regional que o aumento da renda *per capita*, não é sinônimo e nem significa a garantia da existência de uma redistribuição de renda equalitária.

(PIB) e no emprego. Para o autor a necessidade do avanço do processo de industrialização e da consequente diversificação, a modernização das atividades agrícolas será limitada e dependerá das importações de matéria-prima e insumos hodiernos e bens de capital.

Assim, é necessário que o crescimento da indústria seja superior ao dos demais setores, que se suceda o aumento da produtividade, que ocorra a alteração das estruturas, fator essencial para a diversificação da base exportadora que levará a um equilíbrio da balança comercial. Entende-se que nenhum país viu surgir o desenvolvimento sem ter vivenciado o processo de industrialização e da ativa participação do Estado no processo. A industrialização dialoga ainda com a urbanização e a diversificação dos serviços prestados, tais como o comércio, o transporte, as finanças, e outros.

Outra face do efeito da globalização sobre os territórios é a do subdesenvolvimento. Furtado (1983) sustenta que o subdesenvolvimento não é uma das etapas do desenvolvimento, e nem mesmo um desenvolvimento “inferior” ou menos marcante. Pinto (1979) assevera que o subdesenvolvimento é consequência de um processo de acumulação perverso, que não promove a homogeneização socioeconômica e que mantem a natureza econômica e social de uma estrutura heterogênea, a exemplo de contas externas débeis e um mercado ancorado em financiamentos de longo prazo, além de uma inflação sempre presente.

Observando a trajetória da industrialização dos países latino-americanos percebe-se que muitos destes tentaram implementar processos de industrialização em seus territórios. Contudo, são poucos os casos em que apresentam resultados expressivos, sobressaindo à produção de bens de consumo não duráveis e o beneficiamento de produtos primários, tais como México, Argentina e Brasil. Estes três países possuíam uma indústria com uma participação expressiva no PIB ao final da década de 1970. Contudo, a virada da década de 1980 e os anos vindouros, parte em consequência de políticas neoliberais implementadas pelos governos nacionais, viram a participação da indústria no PIB regredir, principalmente no caso do Brasil, que saiu de 33% na década de 1970, para apenas 14,6% no ano de 2011 (CANO, 2012).

A partir desta percepção de desindustrialização da economia brasileira, o estudo se propõe a realizar uma análise da desindustrialização em escala regional, tomando como objeto de pesquisa o COREDE Paranhana e Encosta da Serra (CPES), localizado no Rio Grande do Sul, historicamente dependente da indústria calçadista, utilizando a evolução do número de empreendimentos e de postos de trabalho na indústria como referência do processo de industrialização à nível regional. Por isso, o presente estudo é construído a partir de três seções: a primeira, introduzindo o tema do desenvolvimento e da desindustrialização; o segundo,

discutindo a desindustrialização e contextualiza-se a indústria calçadista no Brasil; após, discutem-se os empreendimentos e os vínculos ativos no CPES; e por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 O Corede Paranhana-Encosta da Serra e como se percebe a desindustrialização

O objetivo dessa seção é promover uma discussão sobre o processo de desindustrialização, ancorado nas definições já existentes na literatura. Além disso, explora-se a evolução dos números da indústria, no intuito de compreender a evolução da desindustrialização na Região do Vale do Paranhana e Encosta da Serra. É justamente, o aspecto regional da desindustrialização que constitui a principal contribuição desta seção.

2.1 Breves apontamentos sobre a desindustrialização

O entendimento da importância da indústria para o crescimento econômico e posteriormente do desenvolvimento já se encontra consolidado na literatura, tanto da economia quanto do desenvolvimento regional. Sob o panorama econômico, a indústria tem a capacidade de produzir “*backward and forward effects*” (SILVA, 2019). Essa compreensão é compartilhada por Hirschman (1958) ao enunciar que a indústria produz transbordamentos através de externalidades positivas, que refletem nos demais setores, gerando dinamismo econômico. Kaldor (1957) por sua vez, considera a indústria um setor singular, por ter a capacidade de gerar crescimento e progresso tecnológico, devido a sua necessidade de apresentar alta produtividade. Por este motivo, percebe-se que os países industrializados se inclinam a apresentar maior crescimento do que os países que dependem de uma economia dependente de uma economia de recursos.

A partir deste pensamento, o principal reflexo da desindustrialização de um território é diminuição do dinamismo econômico. Assim, se faz necessário definir o conceito de desindustrialização, para que assim possa ser realizada a análise da indústria na RVP. A desindustrialização como perda do potencial empregatício e na relação emprego industrial X emprego total é legitimada por autores como Rowthorn e Wells (1987) e Rowthorn e Ramaswany (1999). Para os autores durante um período de industrialização o crescimento industrial tende a ser superior ao dos demais setores, com predomínio do setor de serviços e na indústria de transformação.

O conceito pode ser complementado com as definições de Tregenna (2009) que explana a desindustrialização como a perda do potencial de empregos e do valor adicionado de forma permanente, acompanhando assim o pensamento Kaldoriano, enquanto para Oreiro e Feijó (2010) a desindustrialização acontece quando a indústria perde influência para a economia de um determinado território, principalmente como fonte de emprego e renda.

Para Silva (2019) o processo de desindustrialização possui duas ramificações, onde a primeira, a qual denomina como natural, ocorre “a perda de participação da indústria manufatureira, seja em termos de emprego ou valor adicionado, ocorre concomitantemente ao nível de renda per capita do país desenvolvido (SILVA, 2019, p. 2)”, ao passo de que na precoce o processo de desindustrialização ocorre quando o território ainda não apresenta renda *per capita* de um país desenvolvido. Ou seja, no primeiro caso o fenômeno seria um evento natural, quanto no segundo seria decorrente de projetos econômicos fracassados, no qual ainda não haveria um parque industrial moderno.

Em todo o caso, é necessário haver um cuidado criterioso ao utilizar os conceitos de desindustrialização para evitar que equívocos ao analisar políticas econômicas, ao desconsiderar a escala regional da economia, levando assim governos a adotarem políticas cambiais focadas na competitividade que acabam restringindo um processo de industrialização, originário da importação de bens de capital.

2.2 A indústria calçadista no Brasil e no Rio Grande do Sul

Independente do ponto de vista e da definição ou da ramificação nomeada, o fenômeno da desindustrialização é perceptível no COREDE Paranhana e Encosta da Serra a partir de meados da segunda década dos anos 2000, devido em parte a dependência à indústria calçadista. Abreviadamente, a indústria calçadista se caracteriza por seguir um modelo tradicional, com intensa utilização de mão de obra pouco especializada³ e barata. Além do mais, utiliza matérias-primas pouco elaboradas, com transformações tecnológicas específicas e que mantém o vínculo com trabalhadores pouco ou não especializados. Assim, a cadeia calçadista em muito se assemelha à indústria têxtil (FILLETI; BOLDRIN, 2020), que também se destaca por ter uma produção em larga escala e padronizada e pela predominante utilização de tecnologia simples.

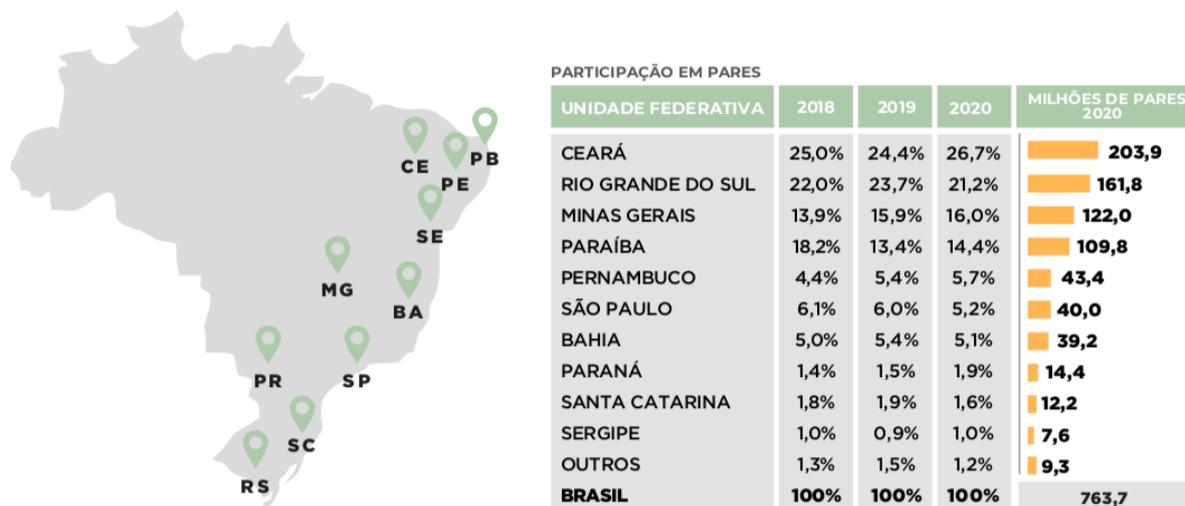
³ A utilização do termo mão de obra pouco especializada se justifica em razão da indústria calçadista poder ser enquadrada no conceito da divisão do trabalho proposta por Adam Smith, pelo fato dos trabalhadores realizarem atividades repetitivas. Apesar disso, integrantes do setor defendem que a mão de obra é especializada.

O setor calçadista continua sendo dinâmico mesmo após a crise do calçado, que ocorre desde a década de 2010, principalmente entre os anos de 2013 e 2015. Segundo levantamento da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (2021) o Brasil produziu 2630,9 milhões de pares de calçado entre os anos de 2018 e 2020 e possui a expectativa de produzir entre 840, 8 e 872, 9 milhões de pares no ano de 2021. Em números contábeis a produção 2018/2020 correspondeu a 69.599 milhões de reais, enquanto a produção de 2021 pode chegar a 25.177 milhões de reais.

O nível da utilização da capacidade instalada, que em parte reflete a rentabilidade do estoque de capital das empresas calçadista, percebe-se que entre os anos de 2017 e 2020 o percentual passou de 75% em 2017 para 60,4% em 2020. Dentre os motivos da redução pode-se citar que 2020 foi o primeiro ano completo que foi atingido pela pandemia do COVID-19, no qual houve grande redução tanto da produção quanto da comercialização de calçados, seja no mercado doméstico ou para exportação.

Sobre a segmentação da produção calçadista no território nacional, pode-se perceber que a Região Sul apresentou variação de participação entre os anos de 2018 e 2020 sendo respectivamente 25,1%; 27,1%; 24,7%. Tal variação é observada também quando ocorre a segmentação por estado, conforme pode ser visto na Figura 1, a partir da qual o Rio Grande do Sul apresenta um crescimento da participação da produção de pares, passando de 22% em 2018 para 23,7% em 2019, em contraponto há uma redução de mais de 2 pontos recuando para 21,2% em 2020.

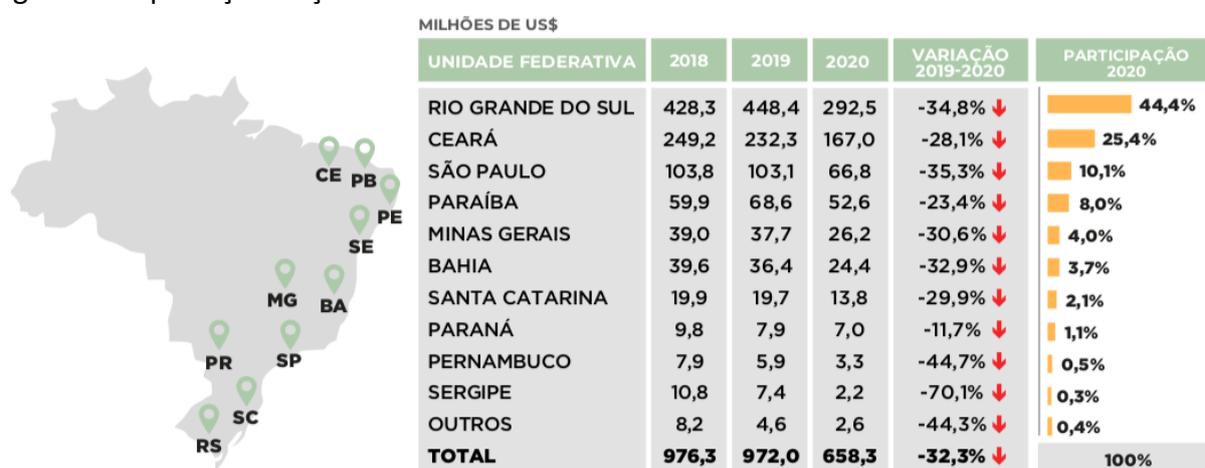
Figura 1 - Segmentação Produção Calçadista 2018 a 2020 por estado



Fonte: ABICALÇADOS (2021)

A indústria calçadista do Rio Grande do Sul foi a mais afetada pela crise causada pela pandemia do COVID-19, vendo suas exportações caindo 34,8% entre 2019 e 2020, uma queda de 155,9 milhões de dólares, como visto na Figura 2. Em contrapartida o estado representa 44,4% das exportações em 2020, ultrapassando os 292,5 milhões de dólares. Cabe salientar que o Rio Grande do Sul se destaca pela produção de produtos de maior valor do que os produzidos nas demais estados, pois ao mesmo tempo que é o estado com maior participação no total monetário das exportações, é apenas o segundo maior produtor em número de pares produzidos, ficando atrás do Ceará que em 2020 produziu 33 milhões de pares, frente aos 22 milhões produzidos no Rio Grande do Sul no mesmo período.

Figura 2 - Exportação calçadista em milhões de dólares



Fonte: ABICALÇADOS (2021)

No Rio Grande do Sul também é perceptível a existência de uma segmentação na produção calçadista, possuindo dois grandes polos⁴ produtores, onde o primeiro e maior produtor recebe a denominação de Vale do Sinos e representou 47,2% da produção estadual em 2020. O segundo polo diz respeito à Região do Vale do Paranhana e Encosta da Serra, que foi responsável por 21,7% da produção. Sendo que é neste polo que está inserido o COREDE Paranhana e Encosta da Serra, foco da análise deste estudo.

⁴ Segundo a ABICALÇADOS a concepção de polos produtores segue a lógica da concentração de empresas produtoras em municípios próximos. Ainda, que para “Para a seleção dos polos, que são objeto de interesse, foram considerados três critérios: (1) a contribuição da região à produção nacional; (2) a contribuição da produção do estado para a produção da região; e (3) a dispersão da produção no interior do estado. A estimativa da produção de calçados de cada polo foi desenvolvida a partir dos microdados de produção por cidade, fornecidos pelo IBGE, agregados em polos. Buscou-se determinar uma relação entre produção e geração de emprego, de modo a extrapolar os dados de produção de 2018, do IBGE, por meio do emprego na indústria calçadista em 2019 e 2020 (ABICALÇADOS, 2021, p.21).

2.3 A indústria calçadista no COREDE Paranhana-Encosta da Serra entre 1985 e 2020

A indústria calçadista é a força motriz do polo calçadista Paranhana/Encosta da Serra desde a instalação das primeiras empresas de calçado, que logo a transformaram num dos principais polos produtores de calçado do Brasil. Assim, compreende-se que a mesma possui uma dependência industrial e econômica para com a indústria calçadista, e que a mesma é relevante para a economia estadual e nacional. Sucintamente, poder-se-ia presumir que, se utilizando do resultado financeiro das exportações oriundas do Rio Grande do Sul entre os anos de 2018 e 2020 e da participação deste na produção estadual, o polo do Vale do Paranhana e Encosta da Serra possui resultados que só perderiam para a exportação total dos estados do Rio Grande do Sul, Ceará e São Paulo.

O polo calçadista *Paranhana-Encosta da Serra* compartilha os limites do Conselho Regional de Desenvolvimento Paranhana e Encosta da Serra (CPES), criado pelo governo do Rio Grande do Sul para auxiliar na criação e implementação de políticas públicas. Sendo composto por dez municípios: Igrejinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Presidente Lucena (Pres. Lucena), Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval (Sta. M. do Herval), Taquara e Três Coroas. Em decorrência da juventude de mais da metade dos municípios, principalmente os oriundos da Encosta da Serra, e, também, pelo adiamento do Censo de 2020, só é possível construir a demografia total da região nos anos de 2000 e 2010, no qual totalizam 183.078 e 204.908 habitantes, respectivamente, um crescimento de quase 12%.

Economicamente a CPES apresenta um crescimento contínuo desde os primeiros anos da década de 2000, conforme a tabela 1, sendo que ao final da série 2002-2018 observa-se um crescimento absoluto de R\$ 5.249.476,16, representando 329%. É pertinente ressaltar que os maiores crescimento, em porcentagem, acontecem entre os anos de 2002 e 2010, mais precisamente entre os anos de 2009 e 2010, em que totaliza 42,64%. Entretanto, o ano de 2016 fica marcado como único ano a apresentar queda do PIB Total, com um resultado negativo de - 2,19%, conforme apresentado na tabela 2.

A análise individual dos municípios permite explodir a constituição dos PIB Total do CPES e compreender os motivos que levaram este a apresentar um crescimento constante e tão representativo, sob o ponto de vista percentual.

Tabela 1 - PIB Total CPES (R\$ mil)

ANO	PIB TOTAL	ANO	PIB TOTAL
2002	R\$ 1.596.341,85	2011	R\$ 4.353.877,46
2003	R\$ 1.689.154,65	2012	R\$ 4.751.624,12
2004	R\$ 1.969.380,62	2013	R\$ 5.181.217,04
2005	R\$ 2.118.678,00	2014	R\$ 5.900.681,22
2006	R\$ 2.198.044,14	2015	R\$ 6.104.480,33
2007	R\$ 2.370.084,23	2016	R\$ 5.970.702,23
2008	R\$ 2.718.852,93	2017	R\$ 6.431.946,23
2009	R\$ 2.840.461,55	2018	R\$ 6.845.818,01
2010	R\$ 4.023.094,43		

Fonte: DEE (2022)

A tabela 2 demonstra que dentre todos os municípios Lindolfo Collor é o município que apresentou maior número de quedas anuais (7) do PIB Total, seguido por Parobé (5) e Riozinho (3). Sob a perspectiva do crescimento, apenas Morro Reuter, Presidente Lucena e Rolante mantiveram crescimento ininterrupto, apesar de apresentarem em alguns anos crescimento próximo a estagnação.

Tabela 2 - Crescimento PIB Total dos municípios do CPES (em %)

Ano	Igrejinha	Lindolfo Collor	Morro Reuter	Parobé	Presidente Lucena	Riozinho	Rolante	Sta. M. do Herval	Taquara	Três Coras	CPES
2003	3,16	7,87	24,72	-7,40	19,81	8,36%	14,97	23,66	11,36	16,15	5,81
2004	30,19	64,38	12,29	-1,68	6,95	19,90%	4,36	9,94	15,53	17,06	16,6
2005	20,33	-43,47	6,41	8,23	22,96	9,70%	15,28	10,06	12,50	13,66	7,58
2006	6,37	16,11	0,92	-2,90	0,69	-2,83%	17,64	10,64	1,41	2,05	3,75
2007	9,04	-0,80	7,53	9,44	9,49	6,01%	5,09	7,05	11,34	4,78	7,83
2008	19,30	6,84	15,62	7,52	20,47	14,84%	17,16	19,65	13,74	18,63	14,7
2009	5,13	20,40	4,15	0,96	5,93	12,28%	5,78	12,50	7,71	8,51	4,47
2010	48,23	42,57	11,15	41,17	26,20	12,35%	33,82	32,23	36,11	54,90	41,6
2011	11,69	5,82	4,75	11,90	22,86	6,61%	16,75	1,67	7,42	1,02	8,22
2012	8,83	22,71	19,92	8,34	24,51	15,67%	4,97	7,76	11,16	4,61	9,14
2013	6,95	22,14	10,63	8,43	29,92	16,67%	15,71	25,70	8,50	1,89	9,04
2014	9,97	37,21	7,74	14,84	26,96	9,86%	12,36	4,04	13,58	16,42	13,9
2015	3,25	-1,67	8,73	-1,12	14,04	-2,69%	8,54	17,74	5,80	1,62	3,45
2016	-1,36	-4,08	14,86	-2,71	1,60	-2,08%	1,72	-0,92	-3,85	-5,80	-2,19
2017	7,26	3,51	1,58	8,04	1,64	3,43%	8,37	29,42	8,44	5,48	7,73
2018	13,89	-1,14	5,81	7,21	34,05%	9,88%	9,00	-28,27	3,99	3,43	6,43

Fonte: DEE (2022)

A partir da análise do crescimento do PIB Total dos municípios, é imprescindível explicar que apenas dois municípios, Lindolfo Collor e Presidente Lucena (Pres. Lucena), apresentaram crescimento na série 2011-2018 superior ao de 2002-2010. No caso de Lindolfo Collor, o PIB Total de 2018 representou um crescimento de 98% (R\$158.708,77) em relação a 2010 (R\$296.696,74), ao passo que Presidente Lucena superou a barreira dos 224%, passando de R\$35.205,24 para

R\$140.250,61. No entanto, deve-se ponderar que Presidente Lucena apresenta o menor PIB Total regional em valores contábeis, participando em apenas 2% do final.

Segundo Silva (2019) a renda per capita pode ser considerada um parâmetro de medida para análise sol qual ramificação de desindustrialização um território está seguindo, onde numa renda per capita se iguala ou ao menos se aproxima dos considerado como desenvolvidos, enquanto na segunda não há tal reciprocidade. A tabela 3 ao trazer a renda per capita dos municípios do CPES traz duas preocupações.

A primeira se refere a disparidade existente entre a renda per capita dos municípios, onde três municípios, Igrejinha, Três Coroas e Presidente Lucena (Pres. Lucena) , apresentam um resultado mais que duas vezes superior a duas municípios, Parobé e Taquara, e quase duas vez sobre Morro Reuter, Riozinho e Rolante. A segunda, diz respeito principalmente a Parobé, mas também pode ser estendida a Taquara, municípios onde a renda per capita, se aproxima do salário-mínimo nacional⁵. Tal apontamento, surge da compreensão de que a economia destes não pode não estar proporcionando um real desenvolvimento socioeconômico. Pois, já foi constatado que Parobé é o segundo município com maior volatilidade da economia, apresentando 5 quedas do PIB Total.

Tabela 3 - Renda per capita do Corede Paranhana-Encosta da Serra (CPES) em R\$

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Igrejinha	32.236	35.585	38.293	39.358	42.870	43.867	42.909	45.665	49.799
Lindolfo Collor	30.352	28.257	34.284	40.243	54.686	53.301	50.696	52.057	49.615
Morro Reuter	16.014	16.629	19.765	21.040	22.489	24.276	27.688	27.943	28.815
Parobé	14.172	15.695	16.842	17.566	20.005	19.627	18.956	20.341	21.284
Pres. Lucena	14.167	17.192	21.146	26.385	33.161	37.454	37.718	38.017	48.987
Riozinho	16.719	17.730	20.415	22.971	25.118	24.340	23.735	24.459	26.747
Rolante	15.255	17.704	18.470	20.592	23.003	24.831	25.128	27.098	29.148
Sta. M. do Herval	20.476	20.774	22.342	27.117	28.137	33.045	32.658	42.175	30.458
Taquara	14.165	15.180	16.834	17.629	19.962	21.059	20.191	21.839	22.811
Três Coras	30.185	30.074	31.041	30.366	34.961	35.158	32.797	34.279	33.866
COREDE	16.367	17.717	20.780	24.678	26.628	28.938	30.173	31.111	29.804

Fonte: DEE (2022)

A partir dos dados históricos e econômicos, percebe-se que a indústria é essencial para o CPES, portanto, justifica uma análise da evolução do número de empreendimentos e de

⁵ A análise leva em consideração que qualquer território, por mais que tenha bons resultados e um PIB Total elevado, se tiver determinada população pode apresentar “melhor” ou “pior” PIB Per Capita.

vínculos⁶. Sucintamente, é perceptível que o CPES vivenciou um período de industrialização a partir da metade da década de 1980 até os primeiros anos da década de 2010, ou seja, um período de aproximadamente 25 anos. A década de 2010 fica marcada, portanto, como o ponto de virada, onde passa a ocorrer a diminuição do número de empreendimentos ativos, conforme a tabela 4, principalmente os ligados à cadeia produtiva do calçado.

Tabela 4 - Comparativo da evolução do número e % de indústrias no CPES, RS e Brasil

ANO	CPES	%	RS	%	BR	%	ANO	CPES	%	RS	%	BR	%
2020	1470	-2,65	36178	-1,75	368678	-0,90	2002	1401	3,07	31484	4,30	270887	3,20
2019	1509	-5,96	36812	-1,55	371994	-1,51	2001	1358	8,17	30.129	3,93	262.207	2,67
2018	1599	-9,07	37382	-2,88	377612	-1,31	2000	1247	13,39	28.945	5,31	255.203	2,88
2017	1744	-5,68	38458	-2,86	382546	-2,20	1999	1080	10,28	27.407	3,70	247.855	2,38
2016	1843	-6,67	39559	-2,93	390972	-2,54	1998	969	11,04	26.392	3,56	241.965	2,06
2015	1966	-8,14	40717	-1,63	400888	-0,51	1997	862	18,21	25.453	6,69	236.983	5,49
2014	2126	-0,99	41381	0,29	402948	1,93	1996	705	4,82	23.749	0,75	223.978	1,57
2013	2147	-0,37	41259	1,83	395151	3,16	1995	671	2,68	23.571	5,40	220.468	8,82
2012	2155	2,00	40504	1,79	382662	3,03	1994	653	4,13	22.299	3,16	201.019	3,11
2011	2112	4,31	39778	3,13	371051	4,75	1993	626	8,31	21.595	1,38	194.760	-0,83
2010	2021	5,49	38533	1,98	353431	1,88	1992	574	-0,52	21.298	-2,00	196.375	-3,53
2009	1910	0,79	37770	2,72	346782	3,14	1991	577	-1,73	21.725	1,04	203.315	0,89
2008	1895	1,27	36743	3,24	335886	4,34	1990	587	6,13	21.499	4,34	201.508	5,48
2007	1871	4,60	35551	1,17	321323	2,56	1989	551	-5,08	20.565	4,15	190.465	3,60
2006	1785	5,88	35136	4,55	313105	5,99	1988	579	-4,84	19.712	1,12	183.603	-0,47
2005	1680	8,10	33537	2,51	294355	3,29	1987	607	7,58	19.491	5,62	184.462	5,20
2004	1544	5,96	32696	2,38	284673	3,00	1986	561	19,79	18.395	13,07	174.878	14,36
2003	1452	3,51	31918	1,36	276142	1,90	1985	450	-	15.991	-	149.770	-

Fonte: DEE (2022)

Sobre os primeiros anos, mais especificamente entre 1988 e 1992, a diminuição do número de indústrias no CPES condiz com a realidade da brasileira que passava por um momento de grande turbulência econômica devido a recessão herdada do período da ditadura, que veio a se estabilizar com a criação e implementação do Real em 1994. Neste período o CPES oscilou entre abertura e fechamento de empreendimentos, sendo que entre 1987 e 1989 houve o encerramento de 9,2% dos empreendimentos, seguido pela retomada de aberturas em 1990, e novo ciclo de fechamento entre 1991 e 1992, inferior ao antigo ciclo. A partir do ano seguinte até 2012, em todos os anos foram registradas mais aberturas do encerramento de indústrias, tanto no CPES quanto no Rio Grande do Sul.

⁶ O estudo utilizou a categorização proposta pelo IBGE (IBGE Gr Setor; IBGE Setor; IBGE Subsetor) e utilizada pelo MTE, pois é a única que permite um recorte temporal que contemple toda a série 1985-2020.

A partir da classificação utilizada pelo IBGE agrupou-se as indústrias do CPES em 7 grandes grupos: Indústria Calçadista⁷; Indústria Metal Mecânica⁸; Alimentos e Bebidas; Madeira e Mobiliário; Extrativismo e Produção Mineral⁹; Papel e Gráfica; e Outras¹⁰, como observado na tabela 5.

Tabela 5 - Indústrias instaladas no CPES 1985-2020

ANO	Indústria Calçadista	Indústria Metal Mecânica	Alimentos e Bebidas	Madeira e Mobiliário	Extrativismo e Produção Mineral	Papel e Gráfica	Outras	Total
2020	883	161	152	122	83	38	31	1.470
2019	926	162	143	127	79	41	31	1.509
2018	994	156	139	133	101	42	34	1.599
2017	1110	161	152	138	109	45	29	1.744
2016	1198	174	142	143	115	44	27	1.843
2015	1302	178	145	147	116	53	25	1.966
2014	1450	182	144	148	124	56	22	2.126
2013	1483	176	138	145	127	55	23	2.147
2012	1530	163	128	141	121	55	17	2.155
2011	1538	152	123	124	108	52	15	2.112
2010	1475	142	114	118	103	54	15	2.021
2009	1369	131	127	116	97	55	15	1.910
2008	1373	119	119	110	103	54	17	1.895
2007	1344	127	116	119	93	58	14	1.871
2006	1288	106	111	116	94	54	16	1.785
2005	1195	107	107	112	84	56	19	1.680
2004	1105	106	101	108	51	54	19	1.544
2003	1030	107	99	110	55	33	18	1.452
2002	982	97	103	106	56	37	20	1.401
2001	968	98	88	102	48	38	16	1.358
2000	869	88	94	101	42	33	20	1.247
1999	728	75	92	98	38	29	20	1.080
1998	643	65	89	91	36	28	17	969
1997	561	59	73	85	31	26	27	862
1996	425	48	71	78	28	26	29	705
1995	404	47	60	76	30	23	31	671
1994	428	50	47	63	27	17	21	653
1993	386	40	44	82	37	19	18	626
1992	334	41	46	80	38	18	17	574
1991	338	42	49	75	38	17	18	577
1990	351	40	45	78	41	16	16	587
1989	338	33	49	72	31	12	16	551
1988	357	42	49	70	32	12	17	579
1987	372	44	52	75	34	13	17	607
1986	332	41	49	77	33	14	15	561
1985	239	35	47	66	33	14	16	450

Fonte: DEE (2022)

⁷ A indústria Calçadista é composta pelos seguintes grupos do IBGE: Borracha, Fumo, Couro; Indústria Química; Indústria Têxtil; Indústria Calçados.

⁸ A indústria Metal Mecânica é composta pelos seguintes grupos do IBGE: Indústria Metalúrgica; Indústria Mecânica.

⁹ A Indústria de Extrativismo e Produção Mineral é composta pelos seguintes grupos do IBGE: Extrativa Mineral; Produção de Mineral não Metálico.

¹⁰ A categoria Outras é composta pelos seguintes grupos do IBGE: Elétrico e Comunicação; Material de Transporte; Serviço Utilidade Pública.

Como esperado, a Indústria Calçadista, desde o início da série é responsável por ao menos 53% dos empreendimentos, verificado no ano de 1985, e chegando a ser responsável por 73% das indústrias instaladas na região, entre os anos de 2010 e 2011. Em 2020, último ano da série, a indústria calçadista representava 60% do total regional, menor patamar desde 1996.

A indústria de produção de calçados é a mais representativa da categoria, sendo responsável por 80% dos empreendimentos entre 2019 e 2020. Por sua vez, chegou a representar 89% durante os anos de 1987 e 1988. Por este motivo, a manutenção destes empreendimentos é vital para a economia do CPES, o que desde meados da década de 2010 não está mais acontecendo. Desde 2013, percebe-se ano após ano um maior número de encerramento de empreendimentos, conhecidos como fábricas de calçado ou atelieres de calçado, do que de abertura.

Entre os anos de 1985 e 2012 pode-se dizer que o CPES estava presenciando um processo de industrialização ancorada na produção de calçado, principal potencialidade do território e por conta disto dependente dela. Neste período o que acontece é um salto de 211 fábricas de calçado (1985) para 1327 (2012), ou seja, um crescimento percentual de 529%. Tal resultado, ratifica a compreensão de que o CPES vivenciou o fenômeno de industrialização.

Outrossim, a partir do ano de 2013 o inverso passou a ocorrer, constata-se um processo de desindustrialização regional, com o constante fechamento de empreendimentos da indústria calçadista. Ocorre assim, entre os anos de 2012 e 2020, o fechamento de 43% da indústria calçadista. Ao mesmo tempo, sob a perspectiva do total da indústria regional, 47% encerraram as atividades. Cria-se, portanto, o pressuposto que o CPES está vivenciando um processo de desindustrialização. Desindustrialização esta que não condiz com a assertiva de que a desindustrialização é natural a partir do ponto de que a renda per capita alcança patamares de territórios desenvolvidos, inserindo, assim, o CPES na segunda ramificação proposta por Silva (2019) de que é resultado de projetos econômicos fracassados, ou pelo fato de não haver projetos econômicos de diversificação da base industrial.

O CPES encerrou o ano de 2020 com 56.724 vínculos ativos, considerando os setores industrial, agrícola e de serviços, representando uma redução de 4% em relação à 2019. Sobre a última década, o ano de 2013 acabou sendo o ano com maior número de vínculos ativos e, também, o último a apresentar crescimento em relação ao ano anterior (2%). Ainda sobre o número de vínculos ativos, 2010 foi o ano que apresentou o maior crescimento absoluto, com a abertura de 4.924 postos de trabalhos, um crescimento relativo de 7%. Portanto, a série 1985-2020 pode ser entendida como um período que observou a criação de 27.462 postos de trabalho,

um crescimento total de 93%. A década de 2000 foi a que apresentou melhor resultado, seguido pelos anos 1990, ao passo que a década de 2010 apresentou resultado negativo, ou seja, com fechamento de postos de trabalho.

O principal reflexo da desindustrialização para a sociedade é a diminuição dos postos de trabalho existentes na região. Assim, justifica-se a análise da evolução do número de vínculos empregatícios dos sete principais setores industriais do Corede, na intenção de compreender a participação da indústria no total de empregos gerados na região (Tabela 6).

Tabela 6 - Vínculos ativos nos 7 principais setores industriais do CPES – 1985 a 2020

ANO	Indústria Calçadista	Indústria Metal Mecânica	Alimentos e Bebidas	Madeira e Mobiliário	Extrativismo e Produção Mineral	Papel e Gráfica	Outras	Setores industriais Total
2020	24.575	1156	2935	803	361	326	245	30.401
2019	27.520	1179	2933	775	376	341	259	33.383
2018	28.323	1132	2853	821	399	391	229	34.148
2017	29.574	1157	2740	841	392	491	250	35.445
2016	30.544	1268	2679	880	454	718	224	36.767
2015	31.328	1343	2505	924	466	569	215	37.350
2014	34.681	1406	2330	949	515	752	211	40.844
2013	36.883	1788	2229	937	511	765	273	43.386
2012	37.462	1749	1946	879	470	658	138	43.302
2011	37.967	1658	2034	805	413	722	150	43.749
2010	38.971	1524	1729	762	412	727	123	44.248
2009	36.185	1372	1675	780	344	603	102	41.061
2008	36.537	1205	1457	708	341	758	122	41.128
2007	36.712	960	1379	642	303	716	108	40.820
2006	35.240	879	1350	652	335	665	104	39.225
2005	34.533	751	1367	687	308	742	110	38.498
2004	36.300	727	1284	650	166	713	111	39.951
2003	32.118	624	862	605	156	412	121	34.898
2002	32.277	844	875	691	143	438	122	35.390
2001	33.241	872	882	642	175	474	57	36.343
2000	31.329	675	967	583	150	620	94	34.418
1999	28.096	682	877	539	175	501	125	30.995
1998	25.783	639	971	559	187	344	87	28.570
1997	27.315	744	916	557	116	320	133	30.101
1996	30.101	744	875	440	86	385	188	32.819
1995	26.095	567	944	402	134	375	231	28.748
1994	28.742	543	861	417	101	459	215	31.338
1993	30.240	507	658	497	118	398	151	32.569
1992	26.687	396	663	396	101	418	140	28.801
1991	23.532	359	841	392	129	369	160	25.782
1990	22.565	331	857	429	158	330	136	24.806
1989	24.726	343	994	390	117	354	127	27.051
1988	26.715	446	962	508	102	416	131	29.280
1987	26.442	445	764	487	115	368	144	28.765
1986	23.935	472	702	549	89	443	136	26.326
1985	21.119	407	682	591	98	397	188	23.482

Fonte: DEE (2022)

A diminuição de empregos está diretamente relacionada aos resultados da indústria nos últimos anos, principalmente do setor calçadista, reforçando assim o pressuposto da desindustrialização regional. A indústria do CPES encerrou o ano de 2020 com 30.401 vínculos ativos, ficando bem distante dos 43.386 que existiam no ano de 2013. Isso, representou uma queda de 9,81% sobre 2019, totalizando o encerramento de 2.982 vínculos, conforme observado na tabela 6. Assim como no caso dos empreendimentos, é a indústria calçadista que fomenta a maior parte da oferta de trabalho na região. Portanto, a dependência regional para com o setor calçadista deixou o CPES à mercê da volatilidade do mercado e com poucas opções para superar os efeitos da crise do calçado, observado desde 2010 (Tabela 7).

Tabela 7 - Vínculos ativos no setor da **Indústria Calçadista** do CPES – 1985 a 2020

ANO	Borracha, Fumo e Couros	Indústria Química	Indústria Têxtil	Fabricação de Calçados	Indústria Calçadista Total
2020	1788	1755	1116	19916	24.575
2019	1780	1738	963	23039	27.520
2018	1876	1706	904	23837	28.323
2017	1627	1640	1004	25303	29.574
2016	1726	1525	1076	26217	30.544
2015	1716	1482	920	27210	31.328
2014	2013	1508	944	30216	34.681
2013	2111	1156	852	32764	36.883
2012	2001	1192	874	33395	37.462
2011	1863	1282	740	34082	37.967
2010	1846	1268	736	35121	38.971
2009	1785	1083	539	32778	36.185
2008	1565	1209	490	33273	36.537
2007	1389	1276	645	33402	36.712
2006	1432	1587	608	31613	35.240
2005	1506	1380	527	31120	34.533
2004	1519	1378	420	32983	36.300
2003	1310	1078	342	29388	32.118
2002	1286	853	269	29869	32.277
2001	1159	840	263	30979	33.241
2000	1213	747	248	29121	31.329
1999	1169	581	199	26147	28.096
1998	981	637	93	24072	25.783
1997	1149	909	80	25177	27.315
1996	1023	505	53	28520	30.101
1995	790	475	42	24788	26.095
1994	1228	491	54	26969	28.742
1993	1186	418	201	28435	30.240
1992	694	402	188	25403	26.687
1991	620	338	185	22389	23.532
1990	643	324	217	21381	22.565
1989	698	322	212	23494	24.726
1988	748	203	259	25505	26.715
1987	587	200	260	25395	26.442
1986	572	237	224	22902	23.935
1985	566	218	199	20136	21.119

Fonte: DEE (2022)

Ao analisar a tabela 7, que apresenta a evolução do número de vínculos ativos na indústria calçadista do CPES entre os anos de 1985 e 2020, três datas chamam a atenção, sendo que a primeira é o ano de 1995, onde ocorreu o encerramento de mais da metade dos postos de trabalho da Indústria da Borracha, Fumo e Couros. A segunda é o ano de 1998, que se destaca pelo fechamento de quase metade dos postos de trabalho da Indústria Química. E, por fim, a de 1994, quando restou pouco mais que um quarto dos postos de trabalho na Indústria Têxtil do CPES.

Quanto a consideração da existência da desindustrialização, a análise dos vínculos serve de indicador para validar esse processo, já que desde 2011 o CPES apresenta resultados negativos na criação de novos postos de trabalho, completando, assim, uma década de contração econômica. Essa sequência inédita, ao considerar que o mais corriqueiro é o biênio negativo, que ocorreu por cinco vezes ao longo da série 1985-2020.

O principal motivo do volume de encerramento de vínculos nos último onze anos da série é justamente pelo encerramento de postos de trabalho na fabricação de calçados, conforme a tabela 8 sinaliza. Cabe salientar ainda que a fabricação de calçados é a única, entre as quatro que compõe a indústria calçadista, que tem no resultado de 2020 um valor inferior ao observado em 1985. Demonstrando que, o CPES está vivenciando um retrocesso industrial de quase quatro décadas.

Tabela 8 - Vínculos Ativos na Fabricação de Calçados

ANO	Vínculos	ANO	Vínculos	ANO	Vínculos
2020	19916	2008	33273	1996	28520
2019	23039	2007	33402	1995	24788
2018	23837	2006	31613	1994	26969
2017	25303	2005	31120	1993	28435
2016	26217	2004	32983	1992	25403
2015	27210	2003	29388	1991	22389
2014	30216	2002	29869	1990	21381
2013	32764	2001	30979	1989	23494
2012	33395	2000	29121	1988	25505
2011	34082	1999	26147	1987	25395
2010	35121	1998	24072	1986	22902
2009	32778	1997	25177	1985	20136

Fonte: DEE (2022)

O percentual de vínculos totais encerrados se aproxima do percentual dos vínculos totais encerrados na indústria. Que por sua vez, tem mantido um volume de contratações nos demais setores da cadeia, principalmente na indústria química e na têxtil. O último ano em que o setor de fabricação de calçados apresentou um superávit na contratação de trabalhadores foi em 2010,

que, por sua vez, é também o ano com maior número de vínculos ativos. A década de 2010 tem resultados que a aproximam dos da metade da década de 1980 até os primeiros anos de 1990, ou seja, caminha-se para uma década negativa, apesar do setor ainda apresentar a manutenção de muitos vínculos ativos.

Considerações finais

Existem motivos para a histórica dependência do Corede Paranhana-Encosta da Serra (CPES) para com a indústria calçadista. Desde meados da década de 1980 a região tem na fabricação de calçados, e nos setores alinhados a esta, o setor que mais emprega, tomando para si um papel de protagonismo econômico. Contudo, tal protagonismo transformado em dependência, está apresentando resultado não positivos ao longo da última década. O volume de vínculos está caindo a patamares de três décadas atrás, ao mesmo tempo em que ainda não há outro setor que esteja tomando a vanguarda.

A desindustrialização conferida através dos resultados das análises é confirmada ao se destacar os anos posteriores à 2010. Neste período ocorreu em todos os anos um déficit de empreendimentos e de vínculos ativos, ano após ano. Assim, faz-se necessário a criação de uma agenda que compreenda a importância histórica da indústria calçadista para a região, que preze pela manutenção dos postos de trabalhos existentes, mas que principalmente proporcione um ambiente de diversificação econômica e industrial. Considera-se isso a partir da compreensão de que cada vez mais o CPES está dependente de um setor que apresenta grande volatilidade em decorrência das crises naturais ao capital e, também, da diminuição das exportações e do consumo do mercado doméstico.

Referência bibliográfica

ABICALÇADOS. **Relatório Setorial Indústria de Calçados 2021**. 2021 Disponível em: <http://abicalcados.com.br/publicacoes/relatorio-setorial>. Acesso em: 14 jan. 2022.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 831-851, dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-06182012000400006>.

ERBER, F. S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1, p. 25, 2011.

DEE. Rio Grande do Sul. **FEE Dados**. 2022. Disponível em: feedados.fee.tche.br. Acesso em: 10 fev. 2022.

- FILLETI, J. P.; BOLDRIN, R. A indústria têxtil no Brasil: um modelo econométrico analisando a hipótese de desindustrialização setorial. **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. 861-890, dez. 2020. [Http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n3art08](http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n3art08).
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 7. São Paulo: Abril, 1983. 355.
- GRANITO, R. A. N. et al. Desenvolvimento regional e novos paradigmas: iniciativas de promoção do desenvolvimento na comunidade da Mangueira. **Cad. EBAPE.BR**, v. 5, n. 2, p. 14, 2007.
- HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.
- JANNUZZI, P. D. M. **Indicadores sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de dados e Aplicações**. ALÍNEA, 2006. 141.
- KALDOR, Nicholas. A model of economic growth. **Economic Journal**, Londres, n. 67, p. 591-624, 1957.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v.30, n.2, 219-232, 2010
- PINTO, A. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, J. (Coord.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROWTHORN, R.; RAMASWANY, R. Growth, trade and de-industrialization. **IMF Staff Papers**, 46(1), 1-20, 1999
- ROWTHORN, R.; WELLS, J. **De-industrialization and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987
- SILVA, J. A. Regional deindustrialization: concepts, causes, effects and the Brazilian case. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 4, p. 1-12, 2019. [Http://dx.doi.org/10.1590/0104-530x4682-19](http://dx.doi.org/10.1590/0104-530x4682-19).
- TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. Cambridge **Journal of Economics**, v. 33 n, 3, 433-466, 2009
- VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **G&DR** v. 8, n. 8, p. 25, 2012.